

Erminia Maricato

a

ULA INAUGURAL CPG-FAUUSP

15 DE MARÇO DE 2011

206

pós-



Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins

A professora Erminia Maricato faz parte da construção da imagem e da importância que esta escola tem. Essa aula inaugural apresentamos com muito carinho, porque ela não é apenas uma aula inaugural, mas tem o caráter de uma pequena homenagem, que a Erminia, modestamente, não nos deixou fazer, por pouca que fosse, na Cidade Universitária, quando de sua aposentadoria. Ela continuará como docente da pós-graduação. Essa opção por se manter como professora faz parte desse empenho intelectual e dessa dedicação, dessa doação à formação de vocês, à formação do próprio País. Então, deixo a palavra com ela e espero que possa ser uma contribuição importante para todos, e nós ficamos muito felizes de começar essa turma de 2011 com a participação da Erminia. Obrigada.

Erminia Maricato

Sou eu que agradeço estar aqui com vocês, nessa aula inaugural. Vou tentar fazer o seguinte: em primeiro lugar, discorrer sobre o processo de urbanização, com a globalização, entendida como a reestruturação produtiva do capitalismo, focando as cidades da periferia do capitalismo, para, finalmente, centrar foco no Brasil. Será destacado o fato que o Brasil mudou e está mudando, muito fortemente, em sua dinâmica territorial, econômica, social e urbana. Vamos falar da raiz de um processo que explica as cidades da periferia do capitalismo, a partir da chave fornecida por alguns estudiosos da sociedade brasileira. Gostaria, ainda, de ter tempo, vamos ver se dará, de conversar com vocês um pouco sobre o que considero o impasse da política urbana no Brasil hoje.

POR QUE “PERIFERIA NO CAPITALISMO”?

Para começar, vamos responder ao porquê da referência à “periferia do capitalismo”. Por que não a referência ao “Terceiro Mundo”? Ou mundo “subdesenvolvido”? Como fica essa classificação, diante das mudanças globais que têm mudado a geopolítica mundial? O fato é que o mundo tem mudado, vocês estão vendo aí a emergência dos BRICS, ou dos países que agora são chamados emergentes e configuram uma nova polaridade internacional. Lembremos que a pobreza e a desigualdade estão se instalando nos EUA, lembremos as dificuldades dos países europeus (crises na Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha), lembremos o crescimento da China e da Índia. O Brasil, que teve alto crescimento no ano passado (2010), como todo mundo sabe, foi guindado a esse time. Caberia ainda falar de periferia do capitalismo, em um mundo cuja polaridade está mudando? Acho que cabe. Se olharmos as cidades, vamos ver que há mudanças, mas elas não são tão significativas assim.

Continuando com nossas dúvidas, podemos perguntar: depois da queda do muro de Berlim, podemos continuar com a referência ao Primeiro Mundo, Segundo Mundo, Terceiro Mundo? O que é a Rússia hoje? O que é a China hoje? Podemos falar que a China tem as características de um capitalismo periférico? Jamais. Porque a China tem um Estado centralizado, planejado, e a terra na China não é exatamente privada. Então, temos certa dificuldade em estabelecer uma unidade entre esses países que a Lehman Brothers cunhou como “emergentes”.

O conceito de periferia ou semiperiferia foi desenvolvido por Giovanni Arrighi, em 1995, intelectual italiano que morreu há pouco tempo. Ele criou uma classificação dos países, de acordo com certa divisão internacional do trabalho. Para quem se interessa por essa classificação, eu indicaria também as leituras do brasileiro José Luís Fiori.

Sem aprofundar muito esses conceitos e classificações, nossa escolha recaiu sobre o “capitalismo periférico” devido à filiação a uma tradição, construída por um grupo de intelectuais que estudou a formação social brasileira, sem se descuidar da bibliografia internacional que realmente contava. Esse grupo, do qual trataremos mais adiante, buscou entender as especificidades do capitalismo periférico, mas, especialmente, as especificidades da formação nacional. Como não podia deixar de ser, em um país culturalmente dominado, esses autores são ignorados constantemente e solapados pelos autores estrangeiros prestigiados a cada conjuntura. Esse processo de solapamento do conhecimento desenvolvido faz parte do capitalismo periférico. A falta de acúmulo da informação, a falta de aprender com a experiência são características desse processo. Tenho um amigo psicanalista que me ensinou que psicóticos não aprendem com a experiência. Fico me perguntando se não podemos classificar nossas sociedades como psicóticas, porque desprezamos a experiência próxima acumulada, a experiência anterior, a experiência local, a realidade vivida. Estamos frequentemente

recomeçando do zero. Por quê? Justamente por esse processo de dependência, ao qual o Celso Furtado, Florestan Fernandes, Roberto Schwarz se referiam tão frequentemente: um processo de mimetismo cultural, um processo que, invariavelmente, prestigia o que vem de fora.

Bom, então, trata-se de buscar especificidades, trata-se de interpretar a realidade, de elaborar uma teoria do urbanismo na periferia do capitalismo. Referindo-se à evolução da classificação dos países, Fiori lembra que já fomos “subdesenvolvidos”, depois fomos “dependentes”, depois passamos a ser “em desenvolvimento”, depois passamos a ser “países do sul” e, finalmente, somos “emergentes”. E toda essa nomenclatura não é criada sem motivação ideológica, por isso nos detemos um pouco aqui.

Eu me lembro de um encarte da revista *Carta capital*, que foi traduzido do *The economist*, sobre o mundo de 2011, que trazia uma nova forma de ver o Brasil e outros países, considerados muito atrasados até há bem pouco tempo. Para quem se acostumou a ver o Brasil ridicularizado, até pelos próprios brasileiros, constatar que uma grande publicação internacional lhe atribui o papel de *player* internacional de primeira importância, inclusive pelo desenvolvimento e pelas inovações tecnológicas, é surpreendente. Mas é isso que lemos no *The economist*: o Brasil faz parte dos países que inovam e têm muito a ensinar para as grandes corporações do “Primeiro Mundo”.

Os executivos da Lehman Brothers, que criaram a sigla dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, recém-admitida) divertem-se, segundo o encarte referido da *Carta capital*, em sugerir outras siglas que incluam o México e a Tailândia, entre outros.

É importante lembrar que a Lehman Brothers definia o risco Brasil, um indicador que impacta o montante dos juros pagos por nossa dívida pública e, com o aumento dos juros decorrentes do aumento do risco, carrega mais recursos do tesouro para o mercado financeiro. Interesses de investidores estão por trás da inocente nomenclatura que elege novos *players* mundiais. A definição do “risco país” por uma empresa privada, que supostamente segue uma verdade matemática inquestionável, carrega para o ralo financeiro o dinheiro do orçamento público federal. Nem todo mundo se deu conta que a Lehman Brothers quebrou na crise de 2008, ou seja, deixaram de calcular o próprio risco. Quando estive no governo federal, fiquei muito impressionada com o grau de controle e dominação que as agências internacionais do tipo FMI tinham sobre a contabilidade interna dos ministérios e do próprio governo federal.

URBANIZAÇÃO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Bom, como primeiro exemplar da bibliografia sobre a urbanização dos países periféricos (dependentes, subdesenvolvidos, do Terceiro Mundo, como se dizia na ocasião), gostaria de lembrar o livro que o Manuel Castells organizou, na década de 1970, que chama *Imperialismo e urbanização na América Latina*, o qual gerou um debate muito interessante, no Brasil e em toda a América Latina. O Pedro Arantes escreveu um ensaio que inicia com esse livro, publicado na

revista *Novos estudos Cebrap*, não sei se em 2010 ou 2009, mostrando que os brasileiros, como Paul Singer, discordaram da abordagem dualista feita sobre a economia e as sociedades nas cidades latino-americanas, e defenderam a simbiose entre os chamados setores atrasado e moderno, ou formal e informal, no processo de acumulação capitalista.

Então, essa é uma importante discussão de fundo. Vamos falar mais sobre isso, sobre essa modernização conservadora que acompanha nossas cidades, marcadas por saltos de modernização, sem abandonar o peso do atraso.

Eu queria recomendar também um texto do David Harvey, da década de 1970, que o Flávio Villaça traduziu e foi publicado na revista *Espaço e debates*: “A luta de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. O cuidado que o autor apresenta, em definir que o ensaio se refere às sociedades capitalistas avançadas, ajuda muito na reflexão. Ele não se põe a teorizar algo que não conhece bem, como faz Castells no livro referido, fala daquilo que conhece e permite-nos fazer análises comparativas entre o capitalismo central, analisado no texto, e o capitalismo periférico, o qual conhecemos. Nesse texto, Harvey faz uma análise dos agentes presentes na produção do ambiente construído e dos interesses divergentes ou convergentes desses agentes.

A escola francesa de urbanismo, dos anos 60 e 70, também se deteve na busca desses interesses, sendo o livro *Les promoteurs immobiliers*, do Topalov, uma importante referência.

Os marxistas brasileiros, como Sergio Ferro e Nilton Vargas, ou estrangeiros, como os já citados, influíram muito nos estudos do ambiente construído, no Brasil, dirigindo-os para a esfera da produção do espaço, uma orientação que perdeu lugar para o estudo sobre o planejamento urbano, nas décadas mais recentes.

É de estranhar a recuperação do prestígio do planejamento urbano desvinculado da esfera de produção do espaço, já que, além das abordagens científicas citadas, a figura do plano diretor foi cercada de muita crítica e desprestígio, nos anos 80.

Um grande número de teses e livros se ocupou da crítica à febre planejadora que se disseminou durante a ditadura militar. Entre tantos trabalhos que tratam do fracasso dos planos diretores ou do planejamento urbano, é preciso citar o que Villaça escreveu mais recentemente, *A ilusão do plano diretor*. Se ficarmos na esfera dos planos, das leis (como o *Estatuto da cidade*), das operações urbanas, podemos cometer o equívoco de acreditar que estamos avançando. Enquanto isso, as cidades (e, mais exatamente, a produção do espaço urbano) correm ao largo dessa coisa toda institucional, que faz a felicidade dos consultores na área do urbanismo.

Bom, para não nos afastarmos mais do rumo traçado para essa aula, vamos falar um pouquinho e rapidamente da urbanização do planeta. A população mundial passa a ser predominantemente urbana, a partir da primeira década do século 21. É importante a gente lembrar que a história da humanidade muda com a urbanização do planeta. Henri Lefèbvre tem um livro sobre a revolução urbana, que foi lançado na década de 1970, em que ele anuncia esse acontecimento dizendo: “O urbano não vai mais poder ser visto como um lugar relativamente limitado e distinto, pois, diante das circunstâncias, trata-se de uma condição planetária generalizada.”

Os países centrais são predominantemente urbanizados há muito tempo. Em 1890, por exemplo, a maior parte das maiores cidades do mundo estava nos países capitalistas centrais. Atualmente, essa realidade está mudando muito, as maiores cidades estão fora do chamado Primeiro Mundo. Evidentemente, com a urbanização da China e da Índia, isso tende a atingir uma dimensão muito maior, nas próximas décadas. Reuni alguns números sobre esse processo, em um artigo que escrevi e foi publicado pela revista do Instituto de Estudos Avançados da USP sobre a questão metropolitana, neste ano de 2011. A Europa e os Estados Unidos têm mais de 90% de sua população nas cidades. A taxa de urbanização da América Latina deve estar passando dos 75%. É uma taxa alta, entre os países periféricos. E no Brasil, de acordo com o IBGE, ela é de 84%.

Existe uma controvérsia sobre a urbanização no Brasil, alimentada pelo livro *Cidades imaginárias*, do José Eli da Veiga. Em síntese, o autor questiona a taxa de urbanização divulgada pelo IBGE, já que ela se baseia na legislação federal – toda sede de município é cidade – e na legislação municipal, que define quando a ocupação do solo é urbana ou não. As câmaras municipais dificilmente orientam-se por critérios técnicos, para classificar o uso urbano ou rural. Essa definição passa por interesses locais e está relacionada ao impacto que causa no preço do solo. Um exemplo interessante pode ser conferido em Joanópolis, município do interior do estado de São Paulo. Todo o seu território é legalmente definido como zona urbana ou de expansão urbana e, no entanto, grande parte da área é ocupada por pastagem de gado.

O referido autor questiona, ainda, a classificação “urbana” para municípios inteiros cuja dinâmica econômica e social é regida pela atividade rural.

Quando eu estava no Ministério das Cidades, constatamos um certo “preconceito” ou mal-estar em relação ao universo urbano, em mais de um ministério. Decidimos solicitar ao IBGE uma leitura mais rigorosa sobre essa taxa. Isso foi possível porque o IBGE, ao lado de orientar-se pela legislação municipal, também faz uma classificação mais precisa sobre as áreas que são objeto do levantamento. Ao todo, o IBGE classifica em oito tipos a ocupação: urbana ou rural, ou mista, com predominância de uma ou de outra. Essa contagem chegou a uma taxa de 71% da população brasileira, que pode ser considerada urbana por critérios mais técnicos. Afinal, somos muito urbanizados, principalmente se comparados com países da África ou da Ásia.

Uma das características desse processo de urbanização centrado nos países não-centrais é o crescimento da pobreza. A população moradora de favelas cresce mais que a população urbana. Essa informação e muitas outras podem ser encontradas no relatório de 2010/2011 da Secretaria Habitat da ONU, sobre a condição das cidades do mundo. Uma visão mais apocalíptica sobre esse processo de urbanização, sem acompanhamento do emprego, do saneamento, dos transportes, do acesso à alimentação, aos serviços de saúde, pode ser encontrada no livro *Planeta favela*, de Mike Davis, cujo posfácio é de minha autoria.

Atualmente, existem, no mundo, 13 favelas com mais de 1 milhão de habitantes. Nunca estive em uma favela com mais de 1 milhão de habitantes. No Brasil não há nada, nada, nada que se aproxime, nem de longe disso. Mas quem viu o filme *Quem quer ser um milionário?* sabe, mais ou menos, do que estamos falando. Há cenas que se passam em uma dessas favelas, em Mumbai.

GLOBALIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS

O que muda com o processo de globalização? Como já dissemos, esse crescimento urbano se faz com gigantescas favelas, em muitos países da Ásia (com exceção da China), da África e da América Latina. Mas há mudanças também no mercado imobiliário de corte capitalista, seja nos países centrais, seja nos periféricos. A principal característica desse tipo de mudança não se deve apenas ao processo de globalização, mas teve origem na popularização do automóvel e acentuou-se com a financeirização do mercado imobiliário. Trata-se da chamada urbanização dispersa, cuja principal formalização está nos subúrbios americanos, podendo ser encontrada, também, em alguns fragmentos do entorno das metrópoles na periferia do capitalismo, dividindo o espaço com a ocupação espontânea pobre ou ilegal.

Outra mudança a ser considerada manifesta-se na forma da segregação territorial, com a ocorrência do que Peter Marcuse chama de “guetização”. Multiplicam-se os guetos, cidadelas, condomínios fechados, etc. Essa questão é tratada por muitos autores, como: Nestor Goulart Reis e Luís César de Queiroz Ribeiro, aqui no Brasil, Sabatini no Chile, Emilio Pradilla no México, entre outros.

Com a reestruturação produtiva do capitalismo, verifica-se uma mudança no processo de produção do ambiente construído. Pela abordagem regionalista, Campolina Diniz faz parte dos autores pioneiros no Brasil, mas há trabalhos importantes do Brandão e do Wilson Cano sobre o assunto, ambos da Unicamp. A paranaense Rosa Moura especula sobre as mudanças ocorridas no espaço urbano e nas metrópoles. Fragmentação, dispersão, cidades globais, cidades informacionais, macrometrópoles, metápoles, cidades-região, são muitos os conceitos utilizados para definir uma nova forma de ocupação do espaço. Enfim, há toda uma produção bibliográfica nacional e internacional, para explicar o que é esse processo de ocupação expandida do território, a partir das mudanças na tecnologia de comunicação, da flexibilização da produção fordista, da financeirização da economia, da organização de produtores e governos regionais, etc.

Um dos fatos mais significativos dos últimos anos foram as articulações do mercado imobiliário, da especulação financeira, que resultaram na bolha americana.

Intervenção dos presentes: Papel em cima de papel.

EM: Sim, papel em cima de papel. O valor do imóvel não cobre a dívida. Isso não emplacou no Brasil, apesar de, em 1995, discutir-se muito o SFI (Sistema Financeiro Imobiliário), votado no Congresso Nacional. Falava-se muito em mercado secundário de hipotecas, mas o mercado imobiliário brasileiro (formal, capitalista) é pequeno e fortemente ligado à renda imobiliária, o que faz a diferença. O que não quer dizer que isso não possa acontecer no futuro.

Outro elemento que acompanhou esse desenvolvimento todo da cidade global, do ideário neoliberal, foi o *marketing* urbano – a cidade do espetáculo, a cidade-estado, a cidade-pátria, a cidade-mercadoria – e o plano estratégico, os quais são expedientes que acompanharam a nova orientação do capital internacional sobre as cidades. Parte desse processo foi criticada por nós, naquele livrinho *A cidade do pensamento único*, feito em parceria com a Otília Arantes e o

Carlos Vainer, em uma época na qual o Jordi Borja foi responsável pelo quase monopólio da atividade de planejamento urbano na América do Sul.

Atualmente, a grande estratégia dessa linha da cidade do espetáculo são os grandes eventos. Estamos vendo aí o que aconteceu com as Olimpíadas na Grécia, que os economistas dizem ser uma das causas da quebra econômica e do endividamento do país. Vimos o que aconteceu com a Copa na África do Sul e, infelizmente, vamos ver o filme aqui no Brasil. Coisas do arco-da-velha já estão acontecendo, com reformas de estádios, para torná-los muito maiores do que seria necessário para atender à população das cidades, como vi acontecer em Natal, onde se prevê dobrar a capacidade de um estádio que já é ocioso, como me informaram os colegas da Universidade Federal de lá. É notável o que está acontecendo com as favelas ou “comunidades”, como os cariocas preferem chamá-las, que estão no caminho das obras previstas para a Copa ou as Olimpíadas, no Rio de Janeiro. A criminalização de movimentos sociais é um dado da conjuntura política repressiva, que não admite impor limites à ação desses capitais, que se reproduzem com os grandes eventos, em simbiose com o capital imobiliário. Trata-se de um forte movimento, que pode ser classificado, como fez David Harvey, de um processo de acumulação primitiva, tamanha a selvageria com que as coisas acontecem. Escolhe-se uma região, arma-se uma grande transformação, diversos capitais saem “gordinhos” depois desse processo todo, e fica uma dívida imensa ao país, e um ambiente construído que nem sempre (ou quase nunca) é a prioridade social.

Vimos isso na África do Sul, onde as condições de transporte coletivo são inacreditáveis de tão ruins, e a prioridade do investimento para a Copa foi construir o transporte prioritário para os turistas.

Essa estratégia dos grandes eventos é, realmente, criminosa, se a gente considerar países como a África do Sul e o Brasil, onde as cidades estão se desfazendo com as frequentes enchentes. Vocês veem a quantidade de mortes por desmoronamentos, a cada período de chuvas, não é?

Apesar de reconhecer que há mudanças na ocupação do território, se nos atentarmos para as metrópoles da periferia do capitalismo, elas não são tão profundas. Nossas “cidades globais” continuam apresentando características que parecem ser perenes, como demonstrou João Whitaker, em sua tese de doutorado. A conclusão do Observatório das Metrópoles é mais ou menos essa, quando reflete sobre as mudanças nas metrópoles brasileiras, na era da globalização.

O estudo das regiões no Brasil, sim, parece mostrar um grande impacto decorrente das novas estratégias de localização e logística industrial, além do agronegócio. Costumo citar o exemplo do sudoeste do Paraná, porque o que mais me impactou foi ver a quantidade incrível de frangos e perus que a Sadia e a Perdigão produziam para o mercado internacional (quando estive lá, a Brasil Foods – fusão da Sadia com a Perdigão, com colaboração financeira do BNDES – ainda não existia). Essas fábricas estavam ligadas a uma rede de cooperativas de pequenos agricultores, que forneciam as aves, orientados e abastecidos de insumos pelas indústrias.

Esse arranjo produtivo mereceu uma crítica do MST dirigida à classificação desse pequeno agricultor nos seguintes termos: “Isso aí não é pequeno agricultor, isso é um sistema industrial, e no fim eles levam tanto os recursos do BNDES quanto os recursos do Pronaf, destinados à agricultura familiar.”

Não há como comparar as mudanças que determinadas regiões vêm sofrendo, com as mudanças intraurbanas. As transformações na dinâmica migratória são decorrentes, predominantemente, das mudanças regionais. Nas regiões onde se concentra a produção de *commodities*, há mudanças extraordinárias que influem também na dinâmica urbana.

Bom, então, o mundo mudou, e o Brasil está mudando. O mundo mudou por causa da força avassaladora do mercado, que se expandiu e ganhou mobilidade territorial. Quem viu o primeiro filme documentário do Michel Moore, viu que ele se tornou esse documentarista brilhante motivado pelo desemprego de grande parte de sua família, que trabalhava na GM. A mudança da fábrica para uma nova localização condenou sua cidade à ruína.

Intervenção do público: Foi Detroit.

EM: É, Detroit. Ele mostra o que aconteceu com a cidade porque uma empresa decidiu que ia se transferir para outro lugar. Temos um exemplo interessante, muito perto, que é o esvaziamento da região do ABCD por parte da indústria automobilística, e todo esforço que os municípios fizeram para se readaptar à nova situação.

CONGLOMERADOS TRANSNACIONAIS: PRINCIPAIS PROTAGONISTAS DA GLOBALIZAÇÃO

O principal protagonista dessa mudança na geopolítica são os conglomerados transnacionais. Muitos deles transferem a produção para lugares onde possam empregar crianças, como aconteceu com a Nike. Eles têm o comando centralizado e uma operação descentralizada. Em quê o comando implica? O poder da marca (e o *marketing* é fundamental), a comunicação, as inovações e a gestão.

Os conglomerados são os principais agentes da globalização, concentram poder econômico e político. O Brasil hoje tem vários grupos que estão entre os maiores do mundo, e o BNDES está investindo muito no fortalecimento dos grupos nacionais. Eles conseguem convencer a opinião pública que o preto é branco, ou que o branco é preto, basta lembrar a Monsanto, não é? Estamos no País que é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. São quatro quilos *per capita*. Outro dia, estava ouvindo o Stédile falar que o agronegócio formou 700 pilotos que espalham agrotóxicos por meio de aviões, e o piloto certamente não vai saber dizer: “Olha, dali para lá é um córrego, não deixa o veneno chegar lá.” Há muita empresa que, de absolutamente insustentável, passa a ser a rainha da sustentabilidade, por meio da publicidade. Octavio Ianni lembrou que há muitos estados nacionais que são mais frágeis do que essas transnacionais. Elas são, efetivamente, muito poderosas, conseguem mudar paradigmas, mudar, por exemplo, a imagem da própria empresa.

Tânia Bacellar, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), lembra que, na globalização, mudam as formas de competição, de cooperação e de dependência. Mudam as relações entre Estado e empresas privadas. Há pressão para mudar as leis nacionais, como, por exemplo, as leis de patentes ou a legislação que rege a propriedade da terra para estrangeiros. Aliás, a terra, na

globalização, assume um papel mais importante. É um insumo cada vez mais vital porque, para produzir alimentos, para produzir *commodities*, você precisa de grandes áreas. Hoje, grandes glebas de terra estão sendo compradas na África, por exemplo, por transnacionais, ou até por estados nacionais, expulsando a população pobre para as favelas urbanas.

Os conglomerados, em especial o capital financeiro internacional, não conseguem conviver com as instituições da democracia burguesa. O Banco Central tem de ser uma espécie de ditador, por isso reivindica sua autonomia. Os bancos centrais funcionam entrosados com os bancos privados, como insiste Amir Khair para o caso do Brasil. E eu já convivi com a ditadura do Ministério da Fazenda em Brasília, além da ditadura do Banco Central. Qualquer funcionário do terceiro escalão do Ministério da Fazenda mandava mais que ministro de outra área. Esses funcionários apresentam um certo “biotipo”: aparência anglo-saxônica, jovem, disciplinado, sabendo de cor as regras do Consenso de Washington e do FMI, embora desconhecessem a realidade brasileira.

Mas como tudo isso é possível? Como a gente sai do *welfare state*, que o Fiori reputa uma das maiores conquistas da humanidade, e chega ao neoliberalismo? De fato, o Estado provedor foi resultado de muita luta social. O capital recua e uma parte dos recursos públicos é dirigida para proteger as pessoas: previdência social, saúde pública, moradia, educação, etc. Essa disputa foi favorável aos trabalhadores, especialmente europeus e americanos, porque por trás havia também o fantasma do socialismo, das revoluções.

Quando o Muro de Berlim cai, que constitui uma simbologia, quando as utopias socialistas são derrotadas, quando os partidos de esquerda são enfraquecidos, quando os grandes sindicatos são quebrados pela reestruturação produtiva, é quando o ideário neoliberal, o qual muitos autores mostram que já estava tentando se implementar há muito tempo, emplaca. Como sabemos, isso se dá a partir da década de 1970. Os valores de solidariedade, os valores de uma sociedade que considera que os mais fracos, os mais vulneráveis precisam ser protegidos, caem por terra, e a competitividade, o individualismo, o consumo ganham a agenda mundial. A bibliografia sobre esse tema é extensa.

Mike Davis mostra exemplos impressionantes da ausência do saneamento em favelas, e como, nesse contexto, as propostas de privatização do saneamento veem a merda como um grande negócio. Eu vi isso na África do Sul, onde grande parte da população não tem acesso à rede de água, e o governo, pós-*apartheid*, estava discutindo a privatização da mesma. E tentei entender com qual argumentação a privatização era defendida, pois, se as pessoas não têm o que comer e não têm água, como a privatização vai trazer a universalização do acesso à água?

Fui também testemunha ocular, ou melhor, fui participante, aqui no Brasil, de um dos capítulos da luta contra a privatização do saneamento. Havia uma queda de braço entre os que queriam a privatização, muitos deles eram representantes de transnacionais, e a Frente Nacional do Saneamento, uma organização formada por profissionais, aguerridos na defesa do saneamento público. Eu me lembro bem dos embates entre nós e o então ministro da Fazenda do governo Lula, Palocci, na definição da lei federal que instituiria o novo marco regulatório do saneamento no País. Escapamos da privatização, mas a lei não resultou exatamente no que queríamos. No Congresso Nacional, o poder das transnacionais é sempre muito expressivo.

O BRASIL ESTÁ MUDANDO

Bom, mas antes de falar sobre o declínio da utopia socialista, principal causa da implementação do ideário neoliberal, vamos falar um pouco mais sobre as mudanças nas dinâmicas socioterritoriais no Brasil.

Desde os anos 80, as metrópoles crescem menos que as cidades de porte médio, e aí aparece o tema da desmetropolização, que o *Observatório das metrópoles* desmistifica, destacando os fatores que permitem às metrópoles continuarem sendo os centros de poder do Brasil. Vale a pena ler.

Nas dinâmicas econômicas e territoriais, a gente tem mudanças muito grandes. Por quê? Por causa dos efeitos dos arranjos produtivos, como o que mencionei a vocês há pouco. Uma região inteira se reorganiza em função do mercado externo, da exportação. O *Novo mapa das micro-regiões do Brasil*, que a Tânia Bacelar produziu para o Ministério do Desenvolvimento Regional em 2004 ou 2005, mostra que o Brasil está dividido ao meio, literalmente. A metade mais rica do País incorporou o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso e até um pedaço de Rondônia. Agora, com a produção de grãos, o etanol está incorporando o sul do Piauí, o oeste da Bahia; então, temos uma dinâmica muito forte no território brasileiro, pelo fato de o País ser um dos maiores exportadores de *commodities* – mercadorias que têm expressão financeira em bolsa. Somos grandes exportadores de grãos, carnes, celulose, etanol, minérios.

Esse processo reorienta os fluxos migratórios. As cidades que mais crescem estão no norte e no centro-oeste. Temos uma mudança muito forte, no peso da metrópole paulistana em relação ao território nacional. O Valor da Transformação Industrial (VTI) muda muito, se comparamos a região metropolitana de São Paulo, em relação ao estado de São Paulo e em relação ao Brasil. Nesse último caso, o peso da RMSP cai pela metade, entre 1970 e 2000. Todas as demais regiões do País ganham, se comparadas à RMSP e ao estado de São Paulo, entre 1970 e 2010.

O crescimento do Nordeste é um fato, marcado, principalmente, pela queda da pobreza, decorrente não só do bolsa-família (o NE recebe metade de todo o recurso do Programa), mas também das demais políticas sociais do governo Lula: o crédito consignado, os programas dirigidos ao pequeno agricultor, o Luz para Todos e a aposentadoria. Aposentadoria tem um papel importantíssimo na distribuição de renda no Nordeste, como mostra recente publicação do Instituto Celso Furtado.

A (DES)CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA URBANA NO BRASIL

Na década de 1970, o Brasil investiu muito em infraestrutura econômica, urbana, moradia, saneamento e transporte. A ditadura impulsionou o crescimento do País, apoiado na construção civil. Estudei essa relação em minha tese de doutoramento, de 1984. Ficou clara para mim a simbiose que havia entre os militares e a indústria da construção, na estratégia do “milagre brasileiro”.

Lendo sobre esse período, começo a entender por que o plano diretor está tão prestigiado atualmente. De onde vem essa herança, essa memória, esse

prestígio? O regime militar foi o grande promotor do plano diretor. Houve uma verdadeira febre de elaboração de planos diretores no Brasil, financiados pelo governo federal. Mas quem, de fato, orientava o crescimento das cidades brasileiras não era o plano diretor. O próprio governo federal o descumpria com a política habitacional. Essa, sim, impactou as cidades brasileiras muito fortemente. Essa, sim, desorganizou o mercado de terras, se é que ele estava organizado, pois nunca esteve. De alguma forma, subverteu fortemente uma orientação sustentável para o mercado de terras, promovendo um desenvolvimento fortíssimo da incorporação imobiliária privada, com esse produto novo que a classe média comprou pra valer, que é o apartamento. O Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro mostra isso, em sua tese de doutorado, defendida aqui na FAUUSP e depois publicada como livro, com o título *Dos cortiços aos condomínios fechados*. O apartamento de classe média passou a ser o produto principal oferecido pela atividade de incorporação imobiliária privada, que dá um salto muito forte com o BNH. Duas eram as fontes de recursos que alimentaram essa mudança do capital imobiliário no País: o FGTS e o SBPE. São as mesmas duas que estão aí, alimentando o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e repetindo uma prática muito semelhante, em 2010, à dos anos 70. Assegura-se um montante razoável de recursos para o financiamento, mas se mantém inalterada a base fundiária.

Repetindo a prática do BNH, desarticula-se a possibilidade do crescimento racional das cidades brasileiras, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista social e até do ponto de vista econômico. A população pobre é posta para o lado de fora das cidades.

Agora, é muito impressionante o que aconteceu, durante a ditadura, em matéria de planejamento e obras de infraestrutura. Durante a ditadura, por exemplo, foram construídas as duas linhas mais importantes do metrô de São Paulo, que são...

Intervenção do público: Norte-Sul.

EM: Norte-Sul.

Intervenção do público: E Leste-Oeste.

EM: E Leste-Oeste. Elas vêm da ditadura, para vocês terem uma ideia.

Metrôs do Rio e de São Paulo começaram lá. Esse foi o regime que massacrou, torturou, afastou e prendeu os nossos melhores mestres... Recentemente, veio a público a história do Antonio Benetazzo, que foi aluno da FAU, assassinado sob tortura.

Intervenção do público: O Artigas.

EM: Sim, todos. O Sergio Ferro, Rodrigo Lefèvre, Jon Maitrejean, Paulo Mendes da Rocha, todos.

Esse regime era tecnocrático e planejador. O que era o BNH? Olha que coisa interessante, era um organismo extremamente centralizado. Havia o Banco Nacional da Habitação, o Sistema Financeiro da Habitação, os agentes promotores da política habitacional, públicos e privados. As regras eram nacionais, e, por vezes, o mesmo conjunto habitacional era construído no norte e no sul do País. O BNH foi responsável pelo financiamento de 4 milhões de moradias, durante sua existência, de 1964 a 1985.

A ditadura instituiu um formato para a administração das regiões metropolitanas. Hoje, a questão metropolitana está no limbo. Durante a ditadura,

eles definiam centralmente, e sem qualquer participação, quais eram as regiões metropolitanas, e quais municípios faziam parte delas. Os conselhos eram uma piada, porque participavam indicados pelo governo estadual, que era indicado pelo governo federal. Os prefeitos podiam indicar um representante apenas, e, da sociedade civil, ninguém. Tratava-se de um processo extremamente autoritário e centralizado.

Precisei ir lá estudar um pouco mais o período da ditadura, para entender por que a Constituição de 1988 nos deixou um vazio, do ponto de vista das regiões metropolitanas. Nós passamos do oito para o 80. De um formato rígido para um formato liberal, extremamente flexível.

O neoliberalismo se consolida com o Collor. Inicialmente, ele desmonta a empresa nacional de transporte urbano. Sucedem-se outros desmontes. O da área de saneamento e da habitação. A ausência de investimento federal em transporte urbano, saneamento e habitação contribuiu com a desconstrução das instituições. Muitas Companhias Habitacionais (Cohabs) foram extintas, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Também nos municípios e nos governos estaduais, esse processo aconteceu. Poucas empresas públicas resistiram.

O movimento concentrador e centralizador protagonizado pela ditadura pode ser exemplificado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Planasa) e pelo Sistema Financeiro do Saneamento (SFS). Estudei isso em minha tese de doutorado. O governo federal usava de chantagem com as prefeituras, para que entregassem a concessão do saneamento para a empresa estadual, em troca de recursos para habitação. A orientação era de edificar fortes empresas públicas estaduais. As Cohabs também seguiam mais ou menos esse figurino. Com o neoliberalismo, foram 20 anos desconstruindo esse modelo, as instituições e os quadros técnicos que, bem ou mal, formaram-se no período. Durante o governo FHC, esse movimento se aprofundou.

Desregulamentação do que já era pouco regulamentado (como o mercado imobiliário), desemprego, crescimento da informalidade, previdência para poucos. Entre 1940 e 1980, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo. Na década de 1980 a 1990, esse crescimento caiu profundamente. Nas cidades, guerra fiscal, o abandono de políticas sociais, a privatização de serviços públicos combinaram com essa tradição histórica da falta de controle do uso do solo e de segregação territorial.

O que mais me impressiona, nessa história toda, é como eles constroem as cabeças das pessoas, com um mecanismo denominado *capacity building*. Citei os casos dos funcionários do Ministério da Fazenda, que conheciam mais as receitas do FMI do que a realidade brasileira. Vivi isso na pele, quando negocieei a redação de uma resolução do Conselho Monetário Nacional, que tratava da retomada dos empréstimos na área do saneamento. A redação final da resolução praticamente excluía as favelas dos empréstimos, por um motivo muito simples: havia uma regra de fogo do neoliberalismo, que devia ser respeitada, o *cost recovery*. Ou seja, o recurso não podia envolver subsídios, mas ser pago como mercadoria privada.

Foi quando tive um chique, por que quem mais precisava da água e do esgoto não ia receber, por quê? Porque era empréstimo do FGTS, e precisava ser devolvido com juros, ainda que diminutos.

OS ESTUDIOSOS DA FORMAÇÃO NACIONAL

Vamos retomar a estrutura de minha aula e falar um pouquinho da matriz fundadora do pensamento dos estudiosos da formação nacional. Acho que já deixei claro, para vocês, que temos uma herança pesada no Brasil, e sobre essa herança vem o ajuste fiscal, aquela coisa toda de recuo nas políticas públicas, que deram no que deram, e as cidades são o que são. Trinta anos atrás, eu saía da zona sul da cidade de São Paulo, de Parelheiros, onde participava dos movimentos sociais, sozinha, às 11 horas da noite, e hoje não tenho coragem de ir lá sozinha, nem ao meio-dia.

Quem são os estudiosos da formação nacional, os quais acho que nos levam a enxergar a especificidade desse capitalismo? Nem todo mundo concorda em colocar o Gilberto Freire aí, mas ele desenvolve todo um pensamento sobre patriarcalismo no Brasil. O Raimundo Faoro, que escreveu um clássico em dois volumes, *Os donos do poder*, mostrando a privatização da esfera pública, também provoca controvérsias. Não tenho dúvida sobre a importância de sua contribuição, quando elucida a relação entre detenção de patrimônio e poder político-econômico-social, principalmente quando se trata da terra.

É indiscutível o brilho do capítulo 7 de *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, a destacar o deslocamento entre a retórica e o real, na sociedade brasileira. Qualquer um sabe do que estou falando, uma coisa é discurso, outra coisa é prática. Sergio Buarque de Holanda fala da tradição livresca que sufoca a vida vivida. Basta olhar na área do Direito, o profundo desconhecimento da realidade factual, territorial e urbana. Palavras, palavras, palavras, e a pobreza das ideias operacionais. O Celso Furtado aborda esse tema também, além de enfatizar o mimetismo cultural.

Roberto Schwarz cunhou uma expressão que virou paradigma: *As ideias fora do lugar*. A gente convive cotidianamente com elas. São ideias geradas por uma estrutura produtiva e, ao mesmo tempo, descoladas da mesma. Somos liberais em um contexto de escravidão, e ninguém vê contradição nisso, não é? O Roberto Schwarz fala ainda do caráter ornamental do saber e da cultura, quando as ideias estão fora do lugar. Ele explora bastante a política do favor, como relação política predominante no País.

Vários desses autores buscaram expressar a contradição que resumiria a sociedade brasileira. O Florestan Fernandes se refere ao desenvolvimento moderno do atraso, ou à modernização do atraso. José de Sousa Martins também se refere à modernização do atraso, por meio da ruptura que aceita a continuidade. A Maria da Conceição Tavares cunhou a expressão *modernização conservadora*, ou seja, os saltos de modernização se dão sem democratização, sem incluir direitos humanos. Fiori e Furtado falam de contemporaneidade e defasagem, seguindo a orientação que Florestan já trilhara, em seus diagnósticos sociais.

O desprestígio do trabalho foi tema de todos esses autores, mas merece destaque o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*.

Outra marca social, evidente para nós, é a reposição permanente das ideias, obrigando-nos a recomeçar processos que tratam da produção do conhecimento. Sergio Buarque, Florestan e Schwarz exploraram essa característica, que tem a ver, evidentemente, com nossa condição “dependente” e periférica.

Se vocês me perguntarem qual é a maior marca da política urbana brasileira, eu diria que é o clientelismo, é a relação de favores. E nós ficamos discutindo plano diretor...

Mas quem deu a chave, que é a mais importante, para a gente entender a cidade, principalmente a nossa cidade desigual, ilegal, informal, foi o Chico de Oliveira, que trabalhou com o Sergio Ferro, Rodrigo Lefèvre, Mayumi e Sergio Souza Lima, em uma pesquisa sobre autoconstrução. Muitos pensavam que o mutirão era uma prática coletiva, solidária, todo mundo ali, fazendo um churrasquinho, botando as telhas na casa, ajudando na massa. Chico desmistificou radicalmente os olhares positivos sobre essa prática. “Olha, isso aí é próprio de uma industrialização de baixos salários. Isso é próprio de uma força de trabalho cujo rendimento não inclui o custo da moradia.” O trabalhador vai lá, invade uma terra ou compra um lote ilegal e constrói sua casa aos poucos (Aqui, posso falar em invasão. Em suas reuniões, o MST não permite o uso desse termo).

Intervenção do público: É ocupação.

EM: É. Mas ocupar todo mundo ocupa, eu gosto da palavra *invasão*, acho até necessária, para explicar a realidade urbana: ¼ da cidade de São Paulo foi construída assim, e, se eu for lembrar Franco da Rocha, Cajamar, Mauá, a coisa vai muito além. Em Belém, São Luís do Maranhão, a taxa é muito mais alta. Há municípios, na periferia dessas metrópoles, que têm 90% dos domicílios ilegais. Então, qual é a chave que o Chico de Oliveira nos forneceu, e que explorei muito em meus textos? Essa industrialização de baixos salários gerou uma urbanização de baixos salários, ela gerou uma cidade absolutamente funcional, para o processo de acumulação do capital. Nessa cidade, a lei vale para alguns, como observou Helena Menna Barreto.

“AS IDEIAS FORA DO LUGAR, E O LUGAR FORA DAS IDEIAS”

A lei do zoneamento tem sido uma questão central da política urbana entre nós. Lei de zoneamento é lei de mercado, gente! Até as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) se referem ao mercado. É a produção capitalista da moradia social. Agora, quando 70% da população está fora do mercado, o que você faz com a lei do zoneamento? Você esquece o resto da cidade, você trabalha com a cidade do cartão-postal, não é?

Então, essa é a chave explicativa principal da urbanização na periferia do capitalismo. Cada vez mais, a população pobre está trombando com a sustentabilidade ambiental, com suas ocupações ilegais. Olha a ocupação da serra do Mar, aqui no litoral de São Paulo, como se dá celeremente sobre o Parque Estadual.

O contraponto a essa produção da cidade ilegal é justamente o mercado restrito, um mercado altamente especulativo e que controla a terra e a valorização da terra, praticamente sem nenhuma regulação. Com o programa *Minha casa minha vida*, vocês estão vendo uma ampliaçãozinha do mercado em direção a uma classe média, mas uma classe média que o mercado poderia, se ele tivesse outra vocação (a mesma do mercado no capitalismo central), ter incluído:

professor secundário, bancário, policial militar... São trabalhadores formais, muitos deles com estabilidade no emprego, e fora do mercado habitacional privado de corte capitalista. Então, é preciso completar aquilo que o Chico de Oliveira havia apontado. A essa produção ilegal corresponde o mercado restrito e altamente especulativo, produtor do imóvel de luxo, como observou o Luís Cesar. Sei que o Paulo César não gosta que a gente fale em mercado especulativo, pois não se trata de um conceito rigoroso, mas vou insistir aqui, com a licença dele.

Bom, temos também uma legislação modernista, detalhada, que convive com esse radical *laissez faire*. Sempre costumo lembrar que, quando fui secretária de Habitação de São Paulo, logramos que a Câmara aprovasse um novo Código de Obras. Ele não é uma maravilha e não conseguimos a simplificação que pretendíamos, porque você tem de enfrentar os “despachantes”, especialistas, alguns deles representando nossas próprias entidades, que querem incluir detalhes e mais detalhes, complicando, ao invés de simplificar a lei. Trata-se da busca do rigor... no papel. Mas o Código de Obras anterior era muito mais detalhado. Ele trazia, por exemplo, as dimensões da casa do cachorro, do canil.

Como essa legislação convive com o radical *laissez faire* que caracteriza a produção dessa periferia, que se expande sem normas legais, seguindo determinações do processo de acumulação capitalista periférico? Ela enfrenta problema sério de ambiguidade, diante das contradições observadas. Como aplicar a lei, quando a exceção é regra? Ela é aplicada de acordo com as circunstâncias. Loteamento fechado é ilegal, todo mundo sabe, de acordo com a Lei Federal n. 6.766, de 1979. No entanto, esse fenômeno abunda no entorno das metrópoles brasileiras. Aquela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que permite urbanizar favela em beira de córrego, n. ...

Intervenção: 369.

EM: Sim, 369. Essa você não consegue aplicar. É lei, e você não consegue aplicar, porque permitiria urbanizar e regularizar favelas. A aplicação da lei não desconhece as classes sociais.

O IMPASSE DA POLÍTICA URBANA NO BRASIL

Vou caminhar para o último ponto dessa aula, que é o impasse da política urbana no Brasil. Evidentemente, esse impasse tem a ver com todo o impacto da reestruturação produtiva e da globalização, mas tenho muito interesse em estudar as especificidades de nossa história nesse contexto, porque vivi e atuei como profissional e como ativista política, durante 40 anos, nessa realidade. Tenho necessidade de entender o que está acontecendo.

Eu dataria o início da construção da agenda da Reforma Urbana em 1963, acho que todo mundo sabe, é por causa do Congresso do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), que houve no Rio de Janeiro. Era uma época em que as grandes reformas brasileiras tinham muita força, parecia que o País caminharia para a emancipação, como notam vários autores. Todo o protagonismo da sociedade brasileira em busca de reformas teve, como desfecho, o golpe que os militares deram em 1964. Então, por exemplo, a reforma da educação era inspirada no que acontecia em Cuba. O educador brasileiro Paulo Freire era seu grande ideólogo. Havia a luta pela reforma da saúde, cuja herança inspirou o atual Sistema Único

de Saúde (SUS), o que é muito interessante. Havia a proposta, a que mais mobilizava, da reforma agrária. Acho que, em 1963, o país estava passando a ser predominantemente urbano, ou perto disso. A reforma urbana era uma “criança” no meio das outras. Ela ganhou corpo naquele congresso de arquitetos, que contava também com outros profissionais, como mostra o livro do José Afonso da Silva, que lá estava, *Direito urbanístico brasileiro*. Não havia a presença significativa de movimentos sociais. A proposta da reforma urbana situa a questão da terra como central. Além do contexto latino-americano, marcado por lutas de emancipação política, um grupo de arquitetos que acabava de voltar de Cuba influenciou essa orientação.

Interessante é que a ditadura pega a proposta dos arquitetos e vira de cabeça para baixo, criando um organismo, que era o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Aliás, ela vira de cabeça para baixo também a proposta da reforma agrária, com a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, como resposta a ela. Como é usual na legislação brasileira referente à terra, a finalidade é sempre social, isto é, visa à distribuição de terras para quem precisa. Mas a aplicação nega essa orientação. Vale a pena refletir sobre a lei de terras de 1850, e as ideias que acompanharam sua elaboração.

Então, a ditadura criou o SERFHAU, que incluía um fundo de financiamento e planejamento. Esse órgão foi modificado e recebeu o nome de Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU) e incluía o Fundo de Política Urbana e Regiões Metropolitanas. Mais tarde, nova mudança criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), que incluía até um fundo voltado para o transporte urbano, a Empresa Brasileira de Transporte Urbano.

A nossa luta contra a ditadura, pela redemocratização do País, foi acompanhada da reconstrução da agenda da reforma urbana, entre outras. Vocês podem dizer: “Ah, mas essa mulher... era meia dúzia de pessoas, um grupo de amigos, fazendo agito.” Mas não era. A agenda da reforma urbana começa a partir dos movimentos sociais urbanos que emergiram, em meados da década de 1970, no Brasil, de uma forma que o Brasil nunca tinha conhecido. Isso aconteceu, em parte, porque os problemas urbanos, com a célere urbanização do País, agravaram-se. Mesmo no contexto da ditadura havia manifestações contra o elevado custo de vida, havia quebra de trens, quebra de ônibus, em um quadro de concentração da renda, embora houvesse crescimento econômico.

No final da década de 1970, por iniciativa da Igreja Católica, que tinha uma ação muito forte nas periferias urbanas, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas na Teologia da Libertação, começamos a articular as forças urbanas. Chegamos a ter representação nacional de lideranças populares, lideranças sindicais, lideranças profissionais de arquitetos, de engenheiros, de advogados, ONGs, e, depois de algum tempo, com o avanço das conquistas institucionais, de parlamentares, de prefeitos. Não conheço nenhum país do mundo (nunca pensei que usaria essa fala: “pela primeira vez na história”) onde houve essa reunião de diferentes forças, entidades e instituições da sociedade, em torno da questão urbana. Chegamos a ter, nos anos 90, um grupo forte de parlamentares, no Congresso Nacional. Esses parlamentares organizaram as Comissões de Política Urbana e também as primeiras Conferências Nacionais da Cidade. Havíamos conquistado, na Constituição de

1988, dois artigos relativos às cidades, e, depois de 13 anos, conquistamos a lei federal denominada *Estatuto da Cidade*. Quando esse foi promulgado, em 2001, regulamentando a Constituição de 1988, já estávamos em outra conjuntura política. As forças de esquerda estavam enfraquecidas, e o neoliberalismo avançara, em que pesem as vitórias eleitorais da esquerda, no País e na América Latina.

Esse movimento alcançou muitas conquistas. Quero falar um pouco dele. Vocês lembram, não os mais jovens, que na zona sul de São Paulo, na região de Interlagos, em um bairro formado por um loteamento clandestino, havia a Casa de Mulheres.

Intervenção do público: Casa do Grajaú.

EM: Casa do Grajaú. Era uma iniciativa independente do Estado. Eu ouvia falar tanto dela, que um dia resolvi fazer um exame ginecológico lá. Nunca tive o tratamento que tive lá, porque as médicas faziam com que a gente visse o que elas viam no interior do útero, com a ajuda de espelhos. O diagnóstico era feito sem qualquer mistério, com nosso acompanhamento. Nunca mais vou esquecer, aquilo foi uma revolução para as mulheres do bairro. Com esse atendimento, havia reuniões que tratavam de outros assuntos. As pessoas cresciam em todos os sentidos. Isso tudo era movimento social. Havia muitos arquitetos por lá. Projetamos inúmeras igrejas, único local livre que tínhamos para as reuniões, já que os edifícios do aparelho de Estado eram proibitivos.

Essa mobilização intensa está descrita e analisada nos livros *São Paulo: O povo em movimento*, do Vinícius Caldeira Brant e do Paul Singer, e *Quando novos personagens entram em cena*, do Eder Sader. Durante os anos 80 emergem movimentos urbanos que enfrentam a polícia, para ocupar terras e defender o direito à moradia. Se não me engano, eles tiveram início em São Paulo (constituíram forte apoio para a eleição de Luiza Erundina, em 1988), mas depois se manifestaram por todo o País.

O crescimento de um campo social independente foi marcado pelo surgimento da Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), em 1979, auxiliada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – que atuava no campo, do Fórum Nacional de Reforma Urbana, em 1987, e de outros atores também importantes. Deu-se a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e o retorno de partidos que estavam na clandestinidade. Criou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Movimentos Populares (CMP). As conquistas institucionais foram muitas. Prefeitos, vereadores e técnicos profissionais inauguraram uma nova forma de gestão municipal, conhecida por “democrática popular”, inovando, por meio de programas sociais. Mencionamos a Constituição Federal de 1988 e o *Estatuto da Cidade*. Houve também o projeto de lei, de criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (de iniciativa popular, com um milhão de assinaturas entregues em 1990), aprovado em 2005. Foram criados o Ministério das Cidades, em 2003, as Conferências Nacionais das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades.

Tenho dúvidas se o Ministério das Cidades era, de fato, uma reivindicação do movimento social. Ele estava há muito tempo nos programas de governo do PT. O que tenho certeza, pois defendi a Emenda de Reforma Urbana de Iniciativa Popular na Assembleia Nacional Constituinte, é que a proposta de criação do Ministério não estava na emenda e não acreditávamos no plano diretor, ele também não foi incluído na emenda popular. Ainda acreditávamos, em 1987, que

a força principal para reforma urbana era a luta social, independente. Egressos da ditadura, não acreditávamos no Estado. Mas fomos caminhando para um processo de institucionalização. Lutamos para a aprovação de mais leis. Isso tinha muito prestígio, os pedidos de leis e a criação de instituições.

Após a criação do Ministério das Cidades, foi desenvolvida a Campanha dos Planos Diretores Participativos, em 2005, aprovado o marco regulatório do saneamento, em 2007, o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com programas de urbanização de favelas e de infraestrutura urbana, com o retorno do investimento no saneamento, e, finalmente, o programa habitacional *Minha casa, minha vida*.

Além do mais, nunca fomos tão participativos. Hoje temos mais de 10 mil conselhos no Brasil, que cuidam da saúde, da criança e do adolescente, da habitação, da cidade, do saneamento... Todo mundo participa muito, e o tempo todo.

De meu ponto de vista, as cidades estão piorando, nossa agenda regrediu, a correlação de forças é negativa, em relação ao que era nos anos 80. Quero evidenciar essa afirmação.

Intervenção do público: Institucionalizou tudo, não é?

EM: Exatamente. A institucionalização engoliu os movimentos sociais. Hoje temos uma evidente fragmentação do movimento de reforma urbana. Eles não se mostram independentes, não têm representatividade nacional, não têm mais aquela bancada forte no Congresso. O Fórum Nacional de Reforma Urbana se tornou uma entidade em que os participantes não se renovam, e os profissionais de classe média são hegemônicos, tanto que o plano diretor foi a bandeira principal durante a campanha dos planos diretores participativos. O pragmatismo tomou conta dos partidos políticos, que justificam as alianças espúrias. Isso afetou também as prefeituras “de novo tipo”, que não exibem a mesma *performance*. O transporte coletivo está em ruínas – o maior problema urbano, metropolitano, de temos hoje.

Nunca o automóvel foi tão imperativo, nas políticas públicas no Brasil. Ubirajara, presidente do Sindicato dos Engenheiros de Salvador, lembra que apenas 8% da população de Salvador anda de automóvel, e, no entanto, uma análise mais acurada pode nos mostrar que esse é o item maior de investimento na cidade. São Paulo recebe 600 mil carros por ano. Entram em Fortaleza sete mil novos carros por mês. As consequências de entupir nossas cidades com automóveis estão aí, no livro do professor da USP, Paulo Saldiva, *Metrópole, saúde e meio ambiente*. As obras rodoviaristas têm prioridade, pela visibilidade e pela simbiose com o financiamento de campanhas eleitorais. São obras passíveis de serem terminadas em quatro anos (duração de uma gestão), embora, invariavelmente, deixem sem terminar uma parte, que se prolonga por mais anos.

Agora, o Kassab, prefeito de São Paulo, anunciou a construção de um novo túnel. Isso é um escárnio, em uma cidade que, literalmente, para, a cada chuva... É óbvio que está ligado a financiamento de campanha. E isso atinge todos os partidos. A questão do financiamento de campanha é geral, é seriíssima e deveria ser assunto prioritário da reforma política. Então, essas questões mais graves, como a macrodrenagem, por exemplo, não se resolvem em quatro anos e nem têm muita visibilidade. O transporte coletivo também não se resolve em quatro anos. O destino do lixo, além de exigir ações de longo prazo, suas soluções são

metropolitanas. Em quatro anos, faz-se o quê? Túnel, ponte, avenida, asfaltar alguma coisa, isso você faz.

E, em simbiose com as empreiteiras na construção dessas obras de infraestrutura, está, evidentemente, o capital imobiliário, como a Mariana Fix mostrou, na construção da nova centralidade. Trata-se de uma “máquina do crescimento”, funcionando para a construção da nova centralidade e produzindo aquilo que o Cândido Malta chama de avenidas imobiliárias e não-viárias. Mas isso é no Brasil todo, em todo lugar são construídos novos eixos viários, que constituem novas fronteiras para a expansão do capital imobiliário.

Atualmente, o Ministério das Cidades, que não tem importância nenhuma, está na mão do partido do Maluf e do Severino Cavalcanti, desde 2005. A política urbana é o quê? São obras, obras e obras, algumas tamponando córregos, como a Laura Bueno destacou que acontece em Jundiaí. Essas coisas que a gente achou que nunca mais iriam acontecer, depois da criação do Ministério das Cidades, como o tamponamento de córregos e o asfaltamento de avenidas sobre córregos, estão acontecendo.

Quanto à centralidade da terra, estou impressionada como a bandeira da reforma urbana se esfumou e ficou invisível. Repentinamente, a terra urbana sumiu da agenda nacional. O *Minha casa minha vida* teve um impacto bárbaro sobre o preço da terra, em um ano dobrou o preço da terra do subúrbio do Rio de Janeiro, ninguém abriu a boca.

Intervenção: Em São Paulo também.

EM: Sim. Os imóveis subiram 30% mais ou menos, e a terra, na periferia, 50%. As explicações que o Secovi dá são risíveis. E ninguém condena, ninguém abre a boca, ao contrário, alguns movimentos sociais se associaram à proposta do mercado imobiliário, pedindo aumento da faixa de financiamento subsidiado, um subsídio que vai inflar diretamente o preço da terra.

Pergunta: o que houve? O que aconteceu com nossa tribo? Ela não era tão inexpressiva. Por que essa campanha, promovida em São Paulo, não incorporou a questão fundiária? Por que a questão urbana virou PAC? Obras? Não é que o PAC não tenha um lado interessante, já que instituiu a urbanização de áreas degradadas. Ele melhora o passivo urbano, coisa que o *Minha casa minha vida* não faz. O MCMV é prioritariamente mercado. Estamos vendo uma subversão do mercado de terras, que está produzindo mais exclusão e segregação, porque nós não tocamos na questão da terra. Essa biblioteca de pós-graduação tem prateleiras cheias de dissertações e teses criticando exatamente isso no BNH: investimento para construção, sem mudança na base fundiária.

O André Singer, em uma entrevista para a revista da Associação dos Docentes da USP (Adusp), fala que, entre o FHC e Lula, a agenda nacional brasileira mudou, e ela mudou tanto, que a oposição não conseguiu sair da agenda colocada pelo governo Lula: de aumentar o salário mínimo pra R\$ 600,00, de conservar o Bolsa-Família ou aumentá-lo, não sei bem. O governo Lula, segundo o André, incorpora o subproletariado na política do País; o subproletariado que é conservador, segundo ele, porque ele quer mudanças, quer melhorar sua condição, mas não quer perder o que conquistou. Então, há uma distribuição de renda. Ele fala do surgimento do lulismo, muito diferente do petismo, e acha que é uma coisa que veio para ficar. O lulismo é um produto histórico que a oposição não consegue romper. O Estado rompe com aquela ideia

de abandono dos vulneráveis; ao contrário, ele é um Estado provedor dos vulneráveis, ele tem o *Luz para todos*, tem o Bolsa-Família, o crédito consignado. Ele conservou algumas regras da aposentadoria. Alguns autores defendem a ideia de um Estado que chegou nos pobres, tanto que incorporou 17 milhões de pessoas na classe média. Um Estado financiando um grande capital nacional e não quebrou a hegemonia do capital financeiro, e isso só foi possível em uma conjuntura internacional bem interessante.

Agora, qual é minha observação?: a questão urbana ficou fora dessa agenda. A agenda mudou, e a questão urbana desapareceu. Quem acompanhou todos os programas de governo do PT e as discussões sobre eles, pode dizer que ela desapareceu e não foi só do PT. Ela desapareceu, de meu ponto vista, principalmente porque teria de tocar-se na questão da terra. Na África do Sul, levei um susto, quando estava falando isso para umas lideranças de lá. Recentemente, fui em um conjunto habitacional, fora da Cidade do Cabo, que deveria ter umas 600 mil pessoas morando. Vocês sabem que lá o negro, para entrar na cidade, tinha de ter uma autorização. Então, eles moravam realmente fora, por norma jurídica, não era como aqui, onde a segregação é baseada no preço da terra, na renda. Quando fui cobrar o porquê de continuarem fazendo casas lá, após o Mandela, eles falaram que a questão da terra não entrou no acordo que deu fim ao *apartheid*, porque, se entrasse, o acordo não sairia.

Vocês olhem o governo Lula, oito anos tangenciando a questão da terra. Não que a questão do desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo seja atribuição federal, mas o governo poderia ter atuado na questão dos quilombos, da terra indígena, se quisesse, já tinha avançado. A única coisa que noto é: Raposa Terra do Sol, quando houve uma posição do governo interessante, e o Incra recentemente congelou 5.000 propriedades do estado do Pará, cuja soma de suas áreas seria maior que a área do Estado. O Incra tem dados que não acabam mais, de fraudes registradas, e ninguém mexeu nisso. Ao contrário, vocês viram o Código Florestal aí, a linha em que está indo.

Acho que estamos em um impasse, na política urbana no Brasil. A partir do momento em que saiu o Olívio Dutra, ficou mais improvável o enfrentamento dessas questões. Não sei se a equipe que estava lá ia conseguir alguma coisa, porque as questões que estão em jogo são muito importantes, muito fortes, muito gerais, não é? Mas era uma equipe com um histórico de liderança, um histórico de luta, e que tendia a tentar, pelo menos, construir alguma proposta de política urbana. Essa proposta foi para o espaço, e considero que o que está em jogo é enxergar a cidade. Enxergar a cidade no seguinte sentido: em primeiro lugar, a produção da cidade. Parar com essa história de discutir planejamento, como se ele fosse uma coisa que pudesse se implementar, desvinculado dessas coisas que hoje determinam os rumos que as cidades estão tomando. Em segundo lugar, como um ativo – o Celso Furtado chamou a atenção para isso. Quando penso no centro da cidade de São Paulo, a região da Luz, o que é essa região? É a infraestrutura construída pelo poder público, são equipamentos, é energia elétrica, é asfalto, é drenagem, é água, é esgoto, é transporte, é o melhor ponto de acessibilidade da cidade e é também patrimônio privado: os bares, as lojas. O lugar onde tem mais emprego na região metropolitana, pelo menos teve. Aquilo precisa ser distribuído, aquilo está perdendo população, tem crescimento decrescente. Os economistas, inclusive a Maria da Conceição Tavares, não

enxergam a cidade, o território, esse patrimônio, que é uma produção social e precisa ser distribuído, e ele vai acabar como pasto do grande capital imobiliário, como o programa *Nova Luz* pretende. E é impressionante como nossos colegas, companheiros de esquerda, economistas, não enxergam o território, não enxergam o ambiente construído.

Muitas prefeituras, diante dessas tragédias, falaram: “Como os governos anteriores deixaram ocupar?”, como se, nesse momento, a ocupação não estivesse se dando de forma irregular também, como se estivéssemos controlando o uso e ocupação do solo. Para controlar o uso e ocupação do solo, para dar uma racionalidade, temos de implementar a função social da propriedade, temos de regular o mercado, e não estamos fazendo isso. Muito pelo contrário, o *Minha casa minha vida* é um exemplo. Eu fui para Natal e levei um susto que vocês nem imaginam. Mesmo conjuntos habitacionais com subsídio têm a piscininha, que é um tanquinho, é o condomínio-clubes. Não sei como eles conseguem dinheiro para fazer.

Agora, queria dizer para vocês que não aceito a ideia de estarmos com posições pessimistas, acho que nos cabe fazer uma leitura científica do que está acontecendo.

Vou parar por aqui, vejo que ninguém dormiu, agradeço muito.

Interrupção: Aplausos.

EM: Olha, pessoal, eu estava relendo o livro do Mike Davis, e ele falou que a CIA estava se encaminhando para grandes favelas, achando que os terroristas agora estavam lá.

Interrupção: Risos.

EM: Olhando a criminalização das lideranças sociais no Brasil, que é um processo aberto, não sei se já é alguma orientação vinda dos EUA. Temos um companheiro, que liderou a ocupação de um prédio no centro da cidade, o nome dele é Gegê, ele era operário químico, uma pessoa que dedicou a vida na luta por moradia, e está sendo acusado de um crime do qual todos nós sabemos que ele é inocente, não só pelo que a gente conhece dele, do tipo de pessoa que ele é, de luta pelos direitos sociais, mas pela história mesmo, que pode ser vista no próprio processo. É óbvio que ele está sendo perseguido, eu mesma fui processada por dez anos, a Luiza Erundina teve 64 processos na cabeça. O Delmar Mattes, geólogo, foi secretário de Obras da prefeitura na gestão Luiza Erundina. Ele está ali e sabe o que significa lutar para mudar a realidade desse País, você acaba sendo processada. Nunca me esqueço do dia em que falei: “Os corruptos nos acusam de corrupção.” É impressionante.

Essa gravação vai ter de ser censurada (risos).

Vai haver, no Centro Acadêmico XI de Agosto, uma sessão, um debate com a calourada de 2011, do Comitê contra a Criminalização dos Movimentos Populares. Não é só o Gegê que está nessa história, tem muita liderança do MST sendo criminalizada. O título do debate é *Criminalização da luta política na ditadura e na democracia*.

O pessoal que organiza o “Lutar não é crime – Pela liberdade do povo que luta” está pedindo para a gente comparecer lá, no júri do Gegê, nos dias 4 e 5 de abril de 2011. Creio que vocês, abrindo o site do Fórum Centro Vivo, conseguem informações. A luta agora não é a luta do Gegê, e a luta de cada liderança do MST não é a luta de cada liderança do MST.

E faço questão de divulgar uma coisa aqui, que não pode ser esquecida: a fazenda da Cutrale é grilada; quando a Cutrale comprou, ela sabia que era grilada.

Intervenção: Alphaville também.

EM: Alphaville, um dos loteamentos mais ricos, está em terras da União. Eles podem. Isso é muito injusto. Acho o seguinte: não estou pessimista, porque a história é dinâmica, o cavalo vai passar de novo, espero que ele passe selado, porque já não sou tão jovem, mas temos de recuperar a mobilização independente, pelo amor de Deus, gente! Já fui de governo e sei o que significa ter o movimento independente. Se você não tem isso, você não consegue avançar. Hoje, quem é o interlocutor do governo federal? São os empresários imobiliários. Os movimentos sociais estão levando um troco do governo, um troco do *Minha casa minha vida*.

Não ataco só o governo, acho que um prefeito que queira enfrentar o domínio do automóvel está perdido, porque isso é uma questão do capitalismo. Não é uma questão apenas de política de governo. Saímos da agenda do movimento anticapitalista, a maior parte do MST continua nessa agenda.

Olha, espero que vocês façam ótimas teses e dissertações. E, por favor, é preciso, sim, fazer teses abstratas, é muito importante ter essa liberdade, mas não se esqueçam de não desenvolver teses “fora do lugar”, está bom? Obrigada.

Intervenção: Aplausos.

Erminia Maricato

Graduação (1971), mestrado (1977), doutorado (1984) e livre-docência (1996) e professora titular (1997) em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo. Professora visitante da University of British Columbia/Center of Human Settlements, Canadá (2002) e da University of Witwatersrand of Johannesburg, África do Sul (2006). Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo (1989/1992), coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1998/2002) e ministra adjunta das Cidades (2003/2005). Foi consultora *ad hoc* da Finep, Capes, CNPq, Fapesp, e também de inúmeras prefeituras, no Brasil e no exterior. Criou o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP (Labhab) (1997) e formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades. Prêmio Juan Torres Higuerras, da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos, em 2006. Prêmio Arquiteto do Ano 2007, da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas, conferência de abertura da World Planning Schools Congress (México, 2006). *Key speaker* do Social Forum of Architecture – Ankara (2010). Presidente da Comissão de Pesquisa da FAUUSP (2007/2009) e membro do Conselho de Pesquisa da USP (2007/2009). Membro do Human Settlemente Advisory Board – United Nation Habitat (2009). Membro dos conselhos editoriais da revista *Urbe* – PUCPR, Cadernos Metrôpole – PUCSP, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* — Anpur, e *Justice Spaciale* – Nanterre Université, França. erminia@usp.br